



## RESENHA DO LIVRO

“Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980”

ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Profa. Ma. Maria Conceição Dal Bó Vieira<sup>1</sup>

Uma resenha, como bem sabemos, visa despertar, no leitor, o interesse em conhecer a obra analisada, ampliando assim seus conhecimentos sobre determinado assunto e seu autor.

Para aqueles que estão envolvidos com a área educacional, cabe destacar o livro “Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980”, de Solange Aparecida Zotti.

Nesse livro, Zotti pretende resgatar e sistematizar a história do currículo oficial no Brasil e, sua relação com o contexto social, econômico e político nacional.

Para tanto a autora vai buscar elementos no Ratio Studiorum, dos jesuítas, nas Leis Orgânicas do Ensino, chegando até as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sempre mostrando a relação entre o contexto socioeconômico e as diferentes propostas educacionais.

Sabendo que o currículo passou por diferentes visões e definições, Zotti vai ater-se ao “currículo oficial”, entendido como o que foi oficialmente planejado e sistematizado em leis para adoção nas escolas brasileiras.

No primeiro capítulo: Sociedade, Educação e Currículo no Brasil Colônia, a autora lembra que, não obstante a educação nas sociedades indígenas estivesse presente “fazia-se no cotidiano”, (Zotti, p.13) é com a chegada dos portugueses que

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação - UNISO, Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santana, Professora na Faculdade de Ensino Superior Santa Bárbara (FAESB). E-mail: maria.conceição@faesb.edu.br.

essa realidade é alterada passando-se de um “modo de produção comunista primitivo para o modo de produção capitalista (mercantil)” (Zotti, p.14).

De forma clara a autora vai mostrar que a educação jesuítica deve ser dividida em dois tempos: o primeiro (de 1549-1570) sob o comando do Padre Manuel da Nóbrega, de espírito mais democrático e cristão e, um segundo período, após a morte de Nóbrega, mais elitista e discriminador.

Passados os primeiros anos da educação jesuítica, sob a visão de Nóbrega, a Companhia de Jesus orienta-se claramente para a criação de Colégios, onde estudariam os filhos das classes dominantes.

No Brasil Colônia de 1549 até 1759 (data da expulsão dos jesuítas) foram 210 anos de educação jesuítica, que foram interrompidos pelas Reformas Pombalinas cujo objetivo era substituir a educação jesuítica, baseada na fé e na cultura humanista, por uma escola útil ao Estado e mais voltada para as ciências.

Conclui a autora que, embora a educação jesuítica fosse destinada à elite, ela era organizada e “[...] se, para Portugal, a laicização do ensino foi um avanço, para o Brasil, as Reformas Pombalinas significaram um retrocesso na educação escolar”(Zotti, p.32).

No segundo capítulo: Sociedade, Educação e Currículo no Brasil Império, Zotti lembra que o Brasil independente continuou com a mesma estrutura econômica da época colonial.

Com efeito, proclamada a independência em 1822, o Brasil continua tendo uma economia agroexportadora, latifundiária e escravocrata, tal como no período colonial.

Lembre-se que “O decreto imperial de 15 de outubro de 1827 foi a primeira lei de instrução elementar, no Brasil, durante o Império e única até 1946”. (Zotti, p.39).

O surgimento de uma lei para o ensino elementar, todavia, não avança em direção ao atendimento das camadas populares. O Estado continua demonstrando total desinteresse por esse nível de ensino.

É nessa época que é adotado, no Brasil, o chamado método Lancaster ou de Ensino Mútuo onde um professor instruía os alunos mais adiantados, “monitores”, que eram incumbidos de ensinar os colegas.

No caso do ensino secundário funda-se, por decreto de 1827, o Colégio Pedro II com a função de servir de “modelo” às demais escolas secundárias particulares ou provinciais.

O currículo adotado visava preparar o candidato aos cursos superiores, portanto, era um ensino de caráter propedêutico e enciclopédico, mas totalmente adequado à elite escravocrata e latifundiária da época.

No terceiro capítulo: Sociedade, Educação e Currículo na Primeira República (1889-1930), a autora lembra que embora o regime político tenha sido alterado com a Proclamação da República, o que se implantou no Brasil, longe de ser uma república democrática, foi uma substituição de elites no poder, no caso, dos senhores de escravos para as oligarquias cafeeira e açucareira.

Com a República as oligarquias cafeeiras continuam defendendo uma educação restrita às classes favorecidas, o que se verifica no privilégio dos ensinos secundário e superior, em detrimento da expansão do ensino primário.

Resumindo o quadro então vigente assim se expressou a autora “O governo federal continuou a política educacional do Império, assegurando condições de existência e funcionamento ao ensino secundário e superior, aparatos da formação da elite”. (Zotti, p.82).

No quarto capítulo: Sociedade, Educação e Currículo de 1930 a 1964, a autora mostra o declínio de uma civilização agrária, representada pelas oligarquias cafeeiras, e o forte crescimento de uma burguesia urbano-industrial, então o setor emergente na sociedade brasileira.

A educação, nesse novo contexto de industrialização e urbanização, vai mostrando a necessidade de atingir um maior número de pessoas para atender aos anseios do desenvolvimento nacional.

Todavia, após 1937, com o estabelecimento do Estado Novo, por Vargas, será o poder estatal quem vai traçar os rumos da política educacional.

No período de 1937 a 1946 serão criadas as Leis Orgânicas do Ensino, como por exemplo, a Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Comercial de 1943, a Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946, dentre outras.

Todavia as contradições entre os interesses do capital e os interesses populares vão se agravando, mesmo com o retorno de Vargas ao poder em 1951,

agora pelo voto popular. A seguir, com a morte de Getúlio ocorre um período de turbulências até a eleição e posse de Juscelino Kubitschek, em 1956.

Com base no “nacional-desenvolvimentismo”, no período de 1956-1961, Kubitschek atrelou a educação às necessidades do desenvolvimento nacional, supervalorizando o ensino profissionalizante embora o sistema de ensino, em geral, tenha continuado tão elitista e antidemocrático quanto havia sido anteriormente.

Com a chegada de Jânio Quadros à presidência, em 1961, ocorrem mudanças na política econômica, que será claramente anti-inflacionária, e continuidade do sistema educacional vigente. Com a renúncia de Jânio ocorrem crises políticas, mobilizações estudantis e greves.

Ainda nesse período, entre 1961 e 1964, com a promulgação da L.D.B., Lei nº 4.024/61, ocorre um aumento de 5,93% dos investimentos na educação e o lançamento do Plano Nacional de Educação, em 1962.

Temendo o crescimento dos movimentos sociais e as “reformas de base”, previstas por Jango, as elites tomaram o poder, através golpe militar de 1964.

Referindo-se ao golpe militar de 1964, Zotti deixa claro que “[...] foi desencadeado pelo grupo que defendia o fim da bandeira nacionalista e a eliminação de todos os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo [...]” (Zotti, p. 101).

No quinto capítulo, Sociedade, Educação e Currículo no Contexto da Ditadura Militar, a autora faz uma retrospectiva dos 21 anos do período ditatorial, quando a presidência de República foi ocupada, sucessivamente, por cinco generais.

Nesse período surgem cinco atos institucionais que traduzem elevado grau de autoritarismo e violência.

O Estado vai atingir o mais alto grau de autoritarismo, com prisões arbitrárias, torturas e assassinato de presos políticos com o Ato Institucional nº 5 (A.I. 5), de 13/12/1968, que garantiu plenos poderes ao presidente da República.

Na área educacional o governo militar tratou, rapidamente, de regulamentar e redirecionar a educação física e a educação moral e cívica para servir aos interesses da ditadura, pois era necessário enfatizar o patriotismo, os deveres cívicos e a manutenção da ordem.

Com o advento da Lei nº 5.692/71 nota-se que o objetivo central da educação é atender as necessidades do mercado de trabalho, daí a ênfase no ensino técnico e profissionalizante.

Todavia, o ensino profissionalizante foi um fracasso, por várias razões como, por exemplo, falta de recursos adequados nas escolas e o desinteresse dos empresários pelo tipo de ensino ministrado.

Com o fim da ditadura militar e a implantação da Nova República, o governo Sarney aparece com um discurso mais democrático, embora na essência, as políticas educacionais tivessem continuado.

Nas suas considerações finais a autora constata que “[...] a organização escolar brasileira, por meio de diversos mecanismos, entre eles as definições curriculares oficiais, historicamente negou à grande maioria de seus cidadãos o direito ao conhecimento.” (Zotti, p.213).

Sem esquecer que, no cotidiano da escola, ocorrem críticas aos documentos oficiais e, ações de resistência, a autora termina alertando os educadores para o fato de “Os currículos oficiais foram sendo construídos ao longo da história da educação brasileira de acordo com o modelo econômico. As mudanças legais significativas também foram feitas para atender a novos modelos econômicos de que desenhavam.” (Zotti, p. 228).

Essas são as principais contribuições que o livro analisado traz para os estudiosos da educação brasileira, em especial, no que tange ao currículo oficial que, em suas diferentes versões, sempre esteve atrelado às determinações políticas e econômicas da classe dominante brasileira.

Todavia, considerando que a educação brasileira esteve por longos 210 anos, sob a responsabilidade dos jesuítas, o livro poderia trazer mais elementos sobre a questão do currículo no período jesuítico, assunto bastante detalhado em obras clássicas como, por exemplo, “O Método Pedagógico dos Jesuítas” de Leonel Franca.

Quanto ao método Lancaster ou do ensino mútuo poderia haver um melhor detalhamento do assunto, sobretudo com base no livro “A Escola Elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo” organizado por Maria Helena Câmara Bastos e Luciano Mendes de Faria Filho.



Não obstante essas sugestões, o livro “Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980”, de Solange Aparecida Zotti, é uma obra cuja leitura deve ser recomendada para todos aqueles que se preocupam com a educação brasileira.